

Cartilha de Educação Patrimonial de Sete Lagoas



CONHECER PARA PRESERVAR





Prefeitura de Sete Lagoas

**Secretaria Municipal de Cultura e
Comunicação Social de Sete Lagoas
Departamento de História**

**CARTILHA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DE SETE LAGOAS
Conhecer para Preservar**

Apoio:





Foto: Dois Irmãos - 1940

Cine Meridiano, Caramanchão da Praça Francisco Salles



A proposta da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas de estabelecer uma parceria no lançamento da Cartilha de divulgação patrimonial de Sete Lagoas vem ao encontro de uma das linhas de trabalho do Centro Universitário de Sete Lagoas – UNIFEMM além de significar mais uma oportunidade de fortalecimento dos laços entre essas duas instituições comprometidas com o desenvolvimento da cidade e da região.

O Centro Universitário de Sete Lagoas - UNIFEMM iniciou, em 2005, trabalhos de pesquisa para resgatar a história de Sete Lagoas, por via de documentos públicos e privados e de depoimentos de moradores. Com a participação de professores, alunos, pesquisadores de diferentes instituições e a inestimável contribuição dos moradores da cidade foi criado o projeto institucional Memória de Sete Lagoas.

Ao longo desse trabalho e dos estudos tem-se constatado que a preservação da memória e da história da cidade e de sua gente passa, necessariamente, pelo conhecimento e pelo despertar da população para o cuidado com tudo aquilo que, ao longo de décadas, foi sendo construído e que representa a riqueza daquela gente e das suas gerações futuras.

Essa cartilha tem o objetivo de colaborar para a construção de um sentimento de orgulho de fazer parte de uma população que é herdeira e, ao mesmo tempo, construtora da história de um lugar que deve ser distinguido dos demais exatamente por aquilo que ele produziu e projeta construir de próprio, de significativo e de especial.

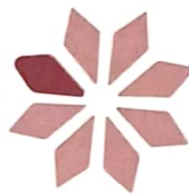
Uma população que se sente parte de um grupo social e entende o lugar de construção das suas relações como o seu espaço de pertencimento, o seu território é a maior parceria que um poder público pode desejar.

É nesse sentido que nos orgulhamos dessa associação com a Prefeitura Municipal de Sete Lagoas que, com essa cartilha, fortalece as diferentes iniciativas já existentes na cidade e reforça uma importante condição para o crescimento sócio-cultural da região: conhecer para preservar.

Profª. Vanessa P. de V. Paiva

Pesquisadora do Projeto Memória
Pró-Reitora Acadêmica do UNIFEMM

Sete Lagoas: conhecer para preservar



HISTÓRICO

A ocupação do território de Sete Lagoas liga-se à penetração dos bandeirantes pelo interior do país, no final do século XVII.

Em 3 de abril de 1711, o paulista João Leite da Silva Ortiz obteve a Sesmaria de Sete Lagoas. Surgiram outras sesmarias, todas se dividindo e transformando-se em fazendas, em curto espaço de tempo. A propriedade de Ortiz, em menos de 40 anos pertenceu a 4 donos diferentes, procedimento comum também às outras glebas e seus donos. Ortiz é um famoso bandeirante que sai de Minas Gerais dez anos após sua chegada, e reaparece na ocupação das minas de ouro de Goiás, nos anos 1720.

A chamada Fazenda das Sete Lagoas teria a sede localizada ao lado da matriz de Santo Antônio, onde funciona o Museu Histórico da cidade. Há dúvidas se a casa realmente foi a sede fundadora da tal fazenda. As fotos antigas revelam casas primitivas da cidade, muito simples, diferentes em termos de categoria arquitetônica e sentido de localização apresentados pela casa do museu. Essa diferença levanta dúvidas em relação ao imóvel que teria abrigado a sede fundadora da fazenda.

Os fazendeiros dos arredores fizeram surgir o povoado. A posição estratégica do arraial atraiu visitas e paradas de tropeiros, boiadeiros e carreteiros, na entrada do Caminho da Bahia, pelo Rio São Francisco, assim como passagem para o Distrito Diamantino. A cidade está entre o Rio das Velhas e o Rio Paraopeba, entre Santa Luzia e Tabuleiro (Paraopeba), e com trilhas ao largo da Serra de Santa Helena. No dia 1º de janeiro de 1768 foi instalada em Sete Lagoas uma "Casa das Contagens", ou "Casa dos Registros", um departamento colonial (da Coroa Portuguesa) para cobrança de impostos dos produtos que entrassem pelo arraial. É um Registro recente, em comparação aos outros Registros das estradas mineiras, que foram criados principalmente nas duas primeiras décadas do século XVIII; o Registro tardio coloca os caminhos que aqui passavam como rotas alternativas, provavelmente de contrabando, já que a estrada só podia ser usada legalmente após a presença dos Registros, sendo passível o confisco



das mercadorias em estradas não autorizadas. O Registro é protegido por um quartel, e no de Sete Lagoas trabalhou o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, entre 2 de maio de 1780 a 5 de maio de 1781. O arraial, então, é tanto um ponto de comércio, quanto uma barreira e área abastecedora das cidades históricas vizinhas. Referências a um lugar "progressista" são sempre encontrados sobre a natureza de Sete Lagoas, mesmo antes de tornar-se uma vila, que corresponde a uma cidade independente, em 24 de novembro de 1867.

Em 1832 o Curato (capela) de Santo Antônio já contava com 2884 almas, e foi transferido de Curral D'El Rey para Santa Quitéria (Esmeraldas). Em 1841, tornou-se uma freguesia, uma paróquia, no caminho de sua emancipação. A cidade ganha a posse do território de várias cidades vizinhas, como Fortuna, Cachoeira da Prata, Inhaúma, Jequitibá, Araçá e Cordisburgo, que compuseram seu domínio inicial. O primeiro documento relativo a Sete Lagoas mostra que ela pertencia a Pitangui, antes de transferir-se para Santa Luzia.

3

Em 12 de setembro de 1896 foram inaugurados a Estação Ferroviária e os trilhos em Sete Lagoas, da Estrada de Ferro Central do Brasil, incorporando-a a outras cidades, pelo território mineiro. Em 28 de outubro de 1906, é inaugurado o Depósito de Máquinas e Carros, em Sete Lagoas, que seria o dínamo econômico principal da cidade, até a metade do século XX, com grande importância até o seu fim, nos anos de 1990. A cidade tem sua primeira expansão urbana e uma melhoria substancial no seu modo de vida, com uma massa assalariada, fato incomum para o período no Brasil, o que garantia segurança ao comércio. A cidade muda o seu eixo de crescimento, em oposição à Várzea, onde foi fundada. A rua Antônio Olinto associa-se à rua São José como principais ruas comerciais da cidade. A rua paralela aos trilhos, concentra hotéis, armazéns, depósitos da Central do Brasil e está ligada tanto aos trilhos, quanto ao Bairro Boa Vista e às áreas centrais. A rua São José mantém o comércio tradicional da cidade, armazéns de secos e molhados dos comerciantes antigos e era onde se encontrava de tudo, inclusive os produtos do meio rural.

Outro momento importante ocorreu com a II Guerra Mundial, que impulsionou a exploração das grandes jazidas de cristal existentes na região, e que são encontradas, além do Brasil, apenas na Ucrânia. Os fazendeiros e donos de catas enriqueceram rapidamente, num movimento típico da mineração. Apesar do predomínio dos fazendeiros nesse novo ciclo, a cidade ganha marcas urbanas, principalmente casario neoclássico e afirmação de novas ruas. A cidade recebe o título de Capital Mundial do Cristal.

A fase mineradora se expande com mármore, ardósia, pedras portuguesas, de imenso uso pelo Brasil afora. Os calçadões de Copacabana, no Rio de Janeiro, foram feitos com as pedras de Sete Lagoas.

Entre 1948 e 1958 chegaram à cidade as indústrias tradicionais, a Cedro Cachoeira e a

Sete Lagoas: conhecer para preservar



HISTÓRICO

A ocupação do território de Sete Lagoas liga-se à penetração dos bandeirantes pelo interior do país, no final do século XVII.

Em 3 de abril de 1711, o paulista João Leite da Silva Ortiz obteve a Sesmaria de Sete Lagoas. Surgiram outras sesmarias, todas se dividindo e transformando-se em fazendas, em curto espaço de tempo. A propriedade de Ortiz, em menos de 40 anos pertenceu a 4 donos diferentes, procedimento comum também às outras glebas e seus donos. Ortiz é um famoso bandeirante que sai de Minas Gerais dez anos após sua chegada, e reaparece na ocupação das minas de ouro de Goiás, nos anos 1720.

A chamada Fazenda das Sete Lagoas teria a sede localizada ao lado da matriz de Santo Antônio, onde funciona o Museu Histórico da cidade. Há dúvidas se a casa realmente foi a sede fundadora da tal fazenda. As fotos antigas revelam casas primitivas da cidade, muito simples, diferentes em termos de categoria arquitetônica e sentido de localização apresentados pela casa do museu. Essa diferença levanta dúvidas em relação ao imóvel que teria abrigado a sede fundadora da fazenda.

Os fazendeiros dos arredores fizeram surgir o povoado. A posição estratégica do arraial atraiu visitas e paradas de tropeiros, boiadeiros e carreteiros, na entrada do Caminho da Bahia, pelo Rio São Francisco, assim como passagem para o Distrito Diamantino. A cidade está entre o Rio das Velhas e o Rio Paraopeba, entre Santa Luzia e Tabuleiro (Paraopeba), e com trilhas ao largo da Serra de Santa Helena. No dia 1º de janeiro de 1768 foi instalada em Sete Lagoas uma "Casa das Contagens", ou "Casa dos Registros", um departamento colonial (da Coroa Portuguesa) para cobrança de impostos dos produtos que entrassem pelo arraial. É um Registro recente, em comparação aos outros Registros das estradas mineiras, que foram criados principalmente nas duas primeiras décadas do século XVIII; o Registro tardio coloca os caminhos que aqui passavam como rotas alternativas, provavelmente de contrabando, já que a estrada só podia ser usada legalmente após a presença dos Registros, sendo passível o confisco



das mercadorias em estradas não autorizadas. O Registro é protegido por um quartel, e no de Sete Lagoas trabalhou o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, entre 2 de maio de 1780 a 5 de maio de 1781. O arraial, então, é tanto um ponto de comércio, quanto uma barreira e área abastecedora das cidades históricas vizinhas. Referências a um lugar "progressista" são sempre encontrados sobre a natureza de Sete Lagoas, mesmo antes de tornar-se uma vila, que corresponde a uma cidade independente, em 24 de novembro de 1867.

Em 1832 o Curato (capela) de Santo Antônio já contava com 2884 almas, e foi transferido de Curral D'El Rey para Santa Quitéria (Esmeraldas). Em 1841, tornou-se uma freguesia, uma paróquia, no caminho de sua emancipação. A cidade ganha a posse do território de várias cidades vizinhas, como Fortuna, Cachoeira da Prata, Inhaúma, Jequitibá, Araçai e Cordisburgo, que compuseram seu domínio inicial. O primeiro documento relativo a Sete Lagoas mostra que ela pertencia a Pitangui, antes de transferir-se para Santa Luzia.

3

Em 12 de setembro de 1896 foram inaugurados a Estação Ferroviária e os trilhos em Sete Lagoas, da Estrada de Ferro Central do Brasil, incorporando-a a outras cidades, pelo território mineiro. Em 28 de outubro de 1906, é inaugurado o Depósito de Máquinas e Carros, em Sete Lagoas, que seria o dinamo econômico principal da cidade, até a metade do século XX, com grande importância até o seu fim, nos anos de 1990. A cidade tem sua primeira expansão urbana e uma melhoria substancial no seu modo de vida, com uma massa assalariada, fato incomum para o período no Brasil, o que garantia segurança ao comércio. A cidade muda o seu eixo de crescimento, em oposição à Várzea, onde foi fundada. A rua Antônio Olinto associa-se à rua São José como principais ruas comerciais da cidade. A rua paralela aos trilhos, concentra hotéis, armazéns, depósitos da Central do Brasil e está ligada tanto aos trilhos, quanto ao Bairro Boa Vista e às áreas centrais. A rua São José mantém o comércio tradicional da cidade, armazéns de secos e molhados dos comerciantes antigos e era onde se encontrava de tudo, inclusive os produtos do meio rural.

Outro momento importante ocorreu com a II Guerra Mundial, que impulsionou a exploração das grandes jazidas de cristal existentes na região, e que são encontradas, além do Brasil, apenas na Ucrânia. Os fazendeiros e donos de catas enriqueceram rapidamente, num movimento típico da mineração. Apesar do predomínio dos fazendeiros nesse novo ciclo, a cidade ganha marcas urbanas, principalmente casario neoclássico e afirmação de novas ruas. A cidade recebe o título de Capital Mundial do Cristal.

A fase mineradora se expande com mármore, ardósia, pedras portuguesas, de imenso uso pelo Brasil afora. Os calçadões de Copacabana, no Rio de Janeiro, foram feitos com as pedras de Sete Lagoas.

Entre 1948 e 1958 chegaram à cidade as indústrias tradicionais, a Cedro Cachoeira e a



Itambé. A vida industrial, operária, torna-se, assim, ainda mais característica. Na área rural, os ganhos da fase mineradora permitem aos fazendeiros alterar a natureza do gado de Zebu e Nelore para Girolanda, e estabelece importante bacia leiteira no estado.

A partir dos anos 1960, em decorrência das metas de desenvolvimento estabelecidas por Juscelino Kubsticheck, surgem as primeiras siderúrgicas, que se transferem do meio-oeste para a região de Sete Lagoas, para interceptar e fazer duplo carreto com o carvão, na entrada do sertão, e o ferro da Zona Metalúrgica. Com a inauguração da BR040, em torno de 1973, um importante parque industrial se estabelece em Sete Lagoas, às margens da rodovia. A cidade encontra sua segunda grande expansão urbana, e torna-se a principal produtora de ferro-gusa do mundo, em 1988, e afirma de vez sua condição industrial.

Aproveitando-se de um parque industrial estabelecido, o poder público, em parceria com o estado, buscou alternativas ao domínio regional do ferro-gusa que, dados os aspectos arcaicos, sofre severas depressões sazonais. A cidade atrai indústrias de autopeças ligadas à montagem de carros da FIAT. E no ano 2000 inaugura uma fábrica de veículos utilitários ligada à FIAT, a IVECO, levando a cidade a ser uma das maiores arrecadadoras de impostos do estado.

4

A série de fases econômicas, de natureza principalmente industrial, atrai grande contingente de população regional, impulsiona a cidade a um processo de crescimento suburbano, com forte pressão sobre a área central, a expulsão paulatina dos seus moradores e o avanço de grandes magazines nacionais, implicando em perdas significativas do seu patrimônio e do seu espaço público, em função das adaptações e alterações realizadas.

A cidade cresce, mas perde em capacidade de decisão. Não há sequer um escritório das novas empresas na área central, e não se desenvolveu uma maior representatividade e melhoria dos aspectos simbólicos. A expansão de empresas varejistas, principalmente de Belo Horizonte, encontrou os comerciantes locais descapitalizados, e a nova onda de crescimento gerou forte perda de elementos identitários, com significativa destruição do patrimônio e perda dos pontos tradicionais.





Todo povo, em seu processo de desenvolvimento cria uma forma de civilização, com práticas específicas ou universais, que se refletem na ocupação e nos usos do espaço público. Na sua identificação com essas práticas, o povo se sente naturalmente inclinado à preservação de sua cultura e à valorização do seu patrimônio.

O patrimônio torna-se a referência principal para que a população perceba as formas históricas com as quais a sua cultura se estruturou. Habitualmente é feita, pela própria população, uma seleção de bens culturais, com relevante capacidade simbólica, que permita identificar as principais características formativas e os atrativos de um lugar.

No entanto, as formas de preservação dos bens que relatam a história social e a identidade de cada povo ainda são frágeis e incipientes. Frente aos grandes problemas sociais que enfrentam as cidades brasileiras, as preocupações com o patrimônio não alcançam, ainda, o objetivo de preservar e valorizar os bens culturais, adotando-se políticas tímidas na busca da viabilização desse setor na economia.

5

Mesmo diante da insuficiência de medidas, algumas instituições públicas foram criadas para a gestão do patrimônio. Elas são o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937), o IEPHA (O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais é 1971) e o Conselho do Patrimônio Cultural. O Conselho é a instância municipal de proteção ao patrimônio cultural, que é aperfeiçoada, desde 1983, quando o IEPHA-MG criou uma política de atuação com as comunidades. Deste modo, a criação e o desenvolvimento de entidades locais, encarregadas pelo patrimônio local e sustentados pelas próprias comunidades, aparece como variável estratégica, capaz de equacionar o problema da deterioração do acervo cultural de Minas Gerais. A criação de instituições locais de proteção do patrimônio cultural alterou-se em 1995, quando o Estado, seguindo a orientação da Constituição Brasileira de 1988, criou mecanismos de incentivos aos municípios que promovessem a proteção do seu patrimônio cultural. Os recursos, contudo, são limitados, e as alternativas utilizadas têm sido as parcerias com o setor privado e a conscientização da população em relação ao seu acervo histórico e artístico. **O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Sete Lagoas** foi criado com a Lei 7266, de Proteção ao Patrimônio Cultural, nos moldes do IEPHA, no dia 31 de agosto de 2006. Tem 15 representantes, é paritário (metade do poder público, metade da sociedade organizada). O acesso ao Conselho e aos seus documentos é feito no Anexo do Museu Histórico Municipal, na Praça Santo Antônio, nº 100, tel. 3772-9987

O IEPHA tem mecanismos de premiar os esforços da prefeitura e da população, através do repasse do ICMS Cultural (porcentagem do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), um fundo comum para que os municípios sintam-se estimulados a preservar o seu



patrimônio. Os municípios que protegem seus bens ganham recursos para a conservação, havendo um ranking, nem sempre liderados pelas cidades históricas.

A Educação Patrimonial é um dos caminhos importantes para tornar a população consciente e protetora dos seus valores culturais, e que ela compreenda a importância e o ganho em preservá-los. A responsabilidade dessa iniciativa é do poder público, por meio da Secretaria de Cultura, mas as parcerias e iniciativas dos diversos segmentos são importantes para ações dirigidas à preservação e transmissão dos valores culturais e, principalmente, na fiscalização do cumprimento das leis e demandas dos órgãos de proteção.

A Educação Patrimonial deve ser desenvolvida com a população local, e é ela que pode opinar na escolha e seleção do que contar e preservar das diversas manifestações, como arquitetura, culinária, literatura, paisagens naturais, arqueologia etc. Este é um trabalho sério que articula as informações com pesquisas documentais, fotográficas, bibliográficas, e registre os diversos processos de coleta desses dados. Todos de uma comunidade são responsáveis pelo produto cultural que o município oferece, à medida que são mantidas e renovadas as suas formas de expressão. Cidades com bom ambiente histórico favorecem as atividades criativas e a presença de pessoas de destaque no meio cultural.

6

Aprender a dar valor às diversas manifestações, das mais simples às mais elaboradas, das rurais às urbanas, é contribuir para a formação de uma sociedade mais humana e apta a escolher melhor seus caminhos e a legitimar as suas escolhas. A ampliação das demandas turísticas, por exemplo, dependem do conhecimento dos lugares, da história e da cultura local. Um lugar interpretado, com um patrimônio protegido, permite um cotidiano em que as opções de roteiro e caminhos serão sempre mais conhecidos e melhor visualizados pela memória, permitindo uma ação mais imaginativa. Do contrário, estaremos cada vez mais alienados e estranhos ao lugar em que vivemos.





Patrimônio Cultural: são os bens culturais de um povo ou lugar, legado às gerações futuras. O conceito de patrimônio superou a idéia de bem imóvel, de construção arquitetônica, de aspecto civilizatório, e abrange aspectos culturais diversos, como festas, culinária, moda, que se somam às obras de arte, os sítios arqueológicos e as paisagens e é hoje chamado de patrimônio cultural.

Inventário: registro de todos os bens culturais que precisam ser protegidos (identificação, cadastro e análise). Apresenta dados gerais sobre o bem, identificando sua história, localização, data de acontecimento, etc. A cidade é dividida em setores, sede e distritos, centro e bairros, e o inventário segue um cronograma de pesquisa e rastreio.

Tombamento: a partir do inventário, o órgão de proteção, que é o Conselho do Patrimônio Cultural, coloca o bem cultural sob proteção da lei. É um ato administrativo que pode ser praticado também pelo poder público em suas diversas instâncias (federal, estadual ou municipal). É um atributo que se dá ao bem cultural para que nele se garanta a continuidade da memória, um ato de reconhecimento do valor de um bem, que o transforma em patrimônio oficial e institui regime jurídico especial de propriedade, levando em conta sua função social. O tombamento requer também análise do entorno, que é o ambiente físico onde o bem está localizado. O entorno também fica protegido.

Os bens tombados são escritos em um ou mais **livros de tombo**:

1. Arqueológico, etnográfico e paisagístico

2. Histórico

3. Belas artes

4. Artes aplicadas

Conselho do Patrimônio Cultural: grupo formado por representantes do poder público e da sociedade civil, não remunerado, que atua na identificação dos problemas, na documentação, proteção e promoção do patrimônio cultural, sendo responsável pela preservação da memória da cidade. Normalmente historiadores e arquitetos trabalham para o Conselho, que se reúne pelo menos de dois em dois meses.

Plano Diretor: Pela Constituição de 1988, todo município acima de 20 mil habitantes é obrigado a elaborar seu Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, para ordenar as funções sociais das cidades e garantir o bem-estar de seus habitantes. A Lei de Uso e Ocupação do Solo, que estabelece as leis e diretrizes específicas do ambiente urbano, é parte do Plano Diretor. Marca, por



exemplo, as áreas industriais e suas margens, as áreas verdes e não edificantes. O trabalho de formulação do Plano Diretor é desenvolvido em estreito contato com a comunidade, por meio de reuniões com os representantes das diversas entidades locais. Os órgãos federais e estaduais de preservação, a Prefeitura e a Câmara Municipal também participam dele. Muito dos aspectos da preservação devem constar no Plano Diretor, com áreas da cidade previamente protegidas, através de usos específicos, residenciais, comerciais ou industriais, proibindo construções inadequadas em áreas peculiares. O principal problema do Plano Diretor é a sociedade agir acima da lei, não respeitando as diretrizes planejadas, construindo em áreas verdes e em áreas públicas.





Identificando a cidade

Formas habituais de você identificar os espaços e as manifestações do seu município e comparar com outros lugares:

- qual a data de fundação do município
- principais pontos turísticos;
- quais são os bens protegidos;
- quais lugares você frequenta, se há lugares representativos;
- qual é a primeira igreja, qual o padroeiro, quando se tornou paróquia;
- quais as principais atividades econômicas, se são tradicionais;
- há políticos, artistas e profissionais que se destacam;
- onde ficam, para fins de consulta, os relatórios sobre o patrimônio cultural;

9

Bens Protegidos:

Patrimônio Protegido da Cidade

1- Denominação: Casa da Fazenda de Sete Lagoas

Atual Museu Municipal

Localização: Praça Santo Antônio nº 100 - Centro.

Nível de proteção: Federal, IPHAN - Processo nº 588 - P; inscrição nº 415 -

Livro Histórico, fls 67.

Data 13/07/1968

Fachada principal do Museu
abril-2006





2- Denominação: Parque Florestal Municipal de Sete Lagoas

Localização: Serra de Santa Helena

Nível de proteção: Municipal - Decreto n° 593

Data: 27/09/1977



**Mata da Serra, Parque da Cascata
Açude da Baixada
outubro . 2006**

10

3- Denominação: Gruta Rei do Mato

Localização: BR040

Nível de Proteção: Estadual - Lei 8.670

Data: 27/09/1984



**Entrada da Gruta Rei do Mato
agosto . 2006**



4- Denominação: Sobrado dos Chassim-Drummond

Localização: Praça Tiradentes, nº 237/245 - Centro

Nível de proteção: Municipal - Decreto 1333 - 23/06/1986

**Casarão Nhô Quim Drummond
no mês do Folclore
agosto . 2006**

11



5- Denominação: as Sete Lagoas

5.1- Lagoa Paulino

Localização: Av. Getúlio Vargas, Parque Municipal Dr Juvenal Paiva, Av. Cel. Altino França e Praça Wilson Tanure - Centro.

Nível de proteção: Estadual, IEPHA - Processo nº 1431

Data: 1998

**Lagoa Paulino
Serra de Santa Helena
abril . 2006**





5.2- Denominação: Lagoa José Félix

Localização: Divisa dos bairros Boa Vista, New York, Bom Jardim, Papa-vento e Nossa Senhora das Graças.

Nível de proteção: Estadual, IEPHA - Processo nº 1432.

Data: 1998



Lagoa José Félix
agosto . 2006

12

5.3- Denominação: Lagoa da Boa Vista (Parque Náutico da Boa Vista)

Localização: Avenida Professor Maurílio de Jesus Peixoto - Bairro Boa Vista

Nível de proteção: Estadual, IEPHA - Processo nº 1433

Data: 1998



Lagoa da Boa Vista
Pista Interna de cooper
agosto . 2006



5.4- Denominação: Lagoa do Matadouro (ou Vapabuçu)

Localização: Bairro Vapabuçu

Nível de proteção: Estadual, IEPHA - Processo nº 1434

Data: 1998

13

Lagoa do Matadouro
Fábrica da Cossisa
fevereiro . 2006



5.5- Denominação: Lagoa do Cercadinho

Localização: Rua Thaís Cisalpino Alvarenga com Rua João Evangelista França e Rua Leopoldina. Divisa dos Bairros Panorama/ Jardim Cambuí e Nossa Senhora do Carmo.

Nível de Proteção: Estadual, IEPHA - Processo nº 1435

Data: 1998

Lagoa do Cercadinho
Bairro Mangabeiras
abril.2006





5.6- Denominação: Lagoa da Chácara

Localização: Bairro Arizona

Nível de Proteção: Estadual, IEPHA - Processo nº 1436

Data: 1998



Lagoa da Chácara
Bairro Jardim Arizona
fevereiro . 2006

14

5.7- Denominação: Lagoa da Catarina

Localização: Avenida 21 de setembro - Bairro Catarina

Nível de Proteção: Estadual, IEPHA - Processo nº 1437

Data: 1998



Lagoa da Catarina
Ilha das Flores
março . 2006



6 - Denominação: Teatro Redenção

Localização: Avenida Monsenhor Messias, 339 - Centro.

Nível de proteção: Estadual, IEPHA - Processo nº 1438

Data: 1998

Teatro Redenção
em processo de recuperação
15 agosto . 2006



7 - Denominação: Museu Ferroviário

Localização: confluência da Avenida Múcio José Reis, Rua Santana, Avenida Lassance Cunha e Avenida Tônico Reis.

Nível de proteção: Municipal. - Decreto nº 2445 de 11/11/1998

Data: 1998

Histórico:

A ocupação do território de Sete Lagoas liga-se à penetração dos bandeirantes pelo interior do país, no final do século XVII.

Em 3 de abril de 1711, o paulista João Leite da Silva Ortiz obteve a Sesmaria de Sete Lagoas. Surgiram outras sesmarias, todas se dividindo e transformando-se em fazendas, em curto espaço de tempo. A propriedade de Ortiz, em menos de 40 anos pertenceu a 4 donos diferentes, procedimento comum também às outras glebas e seus donos. Ortiz é um famoso bandeirante que sai de Minas Gerais dez anos após sua chegada, e reaparece na ocupação das minas de ouro de Goiás, nos anos 1720.



**Estação Ferroviária - vagão
Casa Ferroviária no entorno
2006**

16



**Estação Ferroviária
1993**

A chamada Fazenda das Sete Lagoas teria a sede localizada ao lado da matriz de Santo Antônio, onde funciona o Museu Histórico da cidade. Há dúvidas se a casa realmente foi a sede fundadora da tal fazenda, coisa que os historiadores discordam. As fotos antigas revelam casas primitivas da cidade, muito simples, sem a categoria e o senso de localização que a casa do museu tem, e torna-se difícil acreditar ser ela a primeira construção do lugar.



Situação dos Bens Culturais

É natural que uma cidade com a posição estratégica que Sete Lagoas ocupa, pólo regional com 19 municípios ao redor, sofra grandes transformações no seu espaço, com a possibilidade de destruição de suas casas e paisagens. Ao mesmo tempo, seria igualmente lógico que a cidade e sua população se preocupasse com seus principais marcos referenciais, com sua história e a de seus personagens. As imagens a seguir mostram o que aconteceu com importantes bens culturais de nossa cidade.



Galpões ferroviários - localizados próximos onde é hoje o restaurante popular.

1993

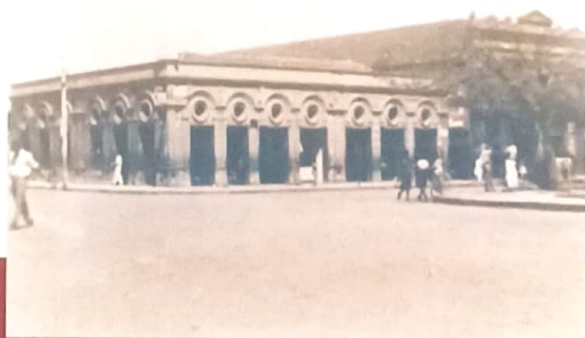


Conjunto de Galpões - localizados próximos onde é hoje o restaurante popular

1993



Área do Restaurante Popular



Lanchonete Onassis, antiga Sorveteria Nevada
- anos 1950



Cine Meridiano, primeiro cinema da cidade, dos anos 1910, e com essa fachada, inaugurado em 1937.

18



Prédio Onassis e Banco do Brasil - Outubro.2006



Por que Preservar: Lições de Patrimônio

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco sua alma. Os testemunhos do passado são respeitados por seu valor histórico ou sentimental, por sua virtude plástica, que se incorpora ao espírito do lugar.



Entorno do Museu Ferroviário

setembro . 2006



Visão geral da área. Museu Ferroviário



Visão da Cedro Cachoeira



Galpão da Itambé, avanço industrial sobre área central da cidade.



Entretanto, a mentalidade a respeito da questão patrimonial tende a mudar, pela necessidade de valorizar e destacar os aspectos simbólicos de cada comunidade, não só pelo aspecto histórico e de pertencimento cultural, mas também pelos aspectos econômicos. A sociedade que usufrui do seu patrimônio, tende a ter atividades flexíveis, com ocupações dentro da cidade, como moda, restaurantes, oficinas artesanais, de teatro, capoeira, etc... realizando aspectos auto-sustentáveis. As classes mais altas, procuram espaços históricos, com intenção de se distinguirem, já que shoppings e centros comerciais tornaram-se já populares. A preservação do patrimônio só pode acrescentar ganhos à vida econômica e cultural de uma cidade.



Principal casa ferroviária, do início do anos 1910, onde moraram os funcionários mais graduados da Central dezembro . 2005



Destruída em janeiro de 2006

20

Distritos e zonas rurais

Os povoados em torno da cidade também possuem identificações e particularidades, e dado seu tamanho, podem ser melhor administradas em prol da manutenção de suas principais características, patrimoniais e artesanais. O uso dos recursos naturais, como córregos e matas, as fazendas tradicionais, haras, as antigas estações, podem ser revitalizados e usados racionalmente, desde que a comunidade consiga se organizar com seus moradores e sitiantes.



Os povoados em torno da cidade também possuem identificações e particularidades, e por serem menores, podem ser melhor administradas em prol da manutenção de suas principais características patrimoniais e artesanais. O uso dos recursos naturais, como córregos e matas, as fazendas tradicionais, os haras, as antigas estações, podem ser revitalizados e usados racionalmente, desde que a comunidade consiga se organizar com seus moradores e sitiantes.

Normalmente, as regiões ao redor refletem a organização e o interesse da área central, a forma com que cada cidade trata seu patrimônio e as questões culturais. Como Sete Lagoas ainda busca uma política cultural adequada, os povoados em volta sofrem do mesmo problema. Mas a experiência de organizar e usufruir os aspectos da identidade pode ser testada primeiro nos distritos, dados o apelo de turismo rural e a busca de opções de lazer em localidades com elementos simples e rurais. Mapear e divulgar as produções artesanais como doceiros, raizeiros, festas regionais, observar se é possível a transformação de casas em pousadas e pequenos restaurantes que sirvam de apoio a cavalgadas, torneios de bicicletas e a eventos diversos, são ações diversas. O Estado mineiro tem investimentos importantes como as Estradas Reais, a retomada de pequenos passeios de Maria Fumaça, e assim as potencialidades das zonas rurais são vistas como promissoras.

O lugar que visitamos para essa cartilha foi o povoado de Silva Xavier que tem belas ruas e um conjunto arquitetônico remanescente da rede ferroviária com influência do estilo francês.



Estação de Silva Xavier - outubro . 2006



Pontilhão de 1930

outubro . 2006



22

Aparelho de mudança de via

outubro , 2006





23



Ao lado uma paineira protegida
pela comunidade



Casa ferroviária de estilo francês



Centro Universitário de Sete Lagoas - UNIFEMM

A Fundação Educacional Monsenhor Messias, mantenedora do Centro Universitário de Sete Lagoas (UNIFEMM), há 40 anos, participa ativamente do desenvolvimento sócio-cultural-econômico do município de Sete Lagoas.

Fundada em 1966 com o propósito de fornecer bolsas de estudos para alunos do Ensino Superior, a Instituição ampliou sua atuação com a criação das unidades acadêmicas de Filosofia, Ciências e Letras (1969), Direito (1970) e Ciências Gerenciais (1999).

A partir do funcionamento das três unidades, que atualmente oferecem 14 cursos de graduação, a FEMM se inseriu, de forma definitiva, como agente transformador da realidade social-histórica de Sete Lagoas.

Seja através das discussões acadêmicas em seus cursos de graduação e pós-graduação, ou por meio da manutenção do prédio do Teatro Redenção (doado pela Prefeitura Municipal de Sete Lagoas na década de 60), a Instituição sempre se preocupou com a discussão sobre a preservação do patrimônio histórico do município.

Preservar a história de Sete Lagoas é manter a sua cultura. Ciente dessa missão, a FEMM não mede esforços ao apoiar iniciativas como a elaboração da Cartilha de Educação Patrimonial de Sete Lagoas. O conjunto de parcerias entre poderes públicos e instituições acadêmicas é uma prova de que a luta pela preservação cultural-histórica, em Sete Lagoas, renderá frutíferos capítulos.





Ficha Técnica

Texto e fotos

Dalton Antônio de Avelar Andrade

Revisão

Sérgio Antônio Silva

Projeto Gráfico

Assessoria de Comunicação do UNIFEMM

Tiragem

5.000

Impressão

Gráfica do UNIFEMM

Para saber mais sobre o assunto:

LEITE, Rogerio Proença. Contra-usos da cidade.
Campinas, Unicamp, 2004

LEMOS, M.T.T.B. Memória, Identidade e Representações.
Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000.

PINTO, Júlio Pimentel. Uma memória do mundo.
São Paulo, Estação Liberdade, 1998.

Acompanhe as deliberações e textos do **IEPHA**, no site **www.iepha.mg.gov.br**



Centro Universitário de Sete Lagoas - UNIFEMM

A Fundação Educacional Monsenhor Messias, mantenedora do Centro Universitário de Sete Lagoas (UNIFEMM), há 40 anos, participa ativamente do desenvolvimento sócio-cultural-econômico do município de Sete Lagoas.

Fundada em 1966 com o propósito de fornecer bolsas de estudos para alunos do Ensino Superior, a Instituição ampliou sua atuação com a criação das unidades acadêmicas de Filosofia, Ciências e Letras (1969), Direito (1970) e Ciências Gerenciais (1999).

A partir do funcionamento das três unidades, que

atualmente oferecem 14 cursos de graduação, a FEMM se inseriu, de forma definitiva, como agente transformador da realidade social-histórica de Sete Lagoas.

Seja através das discussões acadêmicas em seus cursos de graduação e pós-graduação, ou por meio da manutenção do prédio do Teatro Redenção (doado pela Prefeitura Municipal de Sete Lagoas na década de 60), a Instituição sempre se preocupou com a discussão sobre a preservação do patrimônio histórico do município.

Preservar a história de Sete Lagoas é manter a sua cultura. Ciente dessa missão, a FEMM não mede esforços ao apoiar iniciativas como a elaboração da Cartilha de Educação Patrimonial de Sete Lagoas. O conjunto de parcerias entre poderes públicos e instituições acadêmicas é uma prova de que a luta pela preservação cultural-histórica, em Sete Lagoas, renderá frutíferos capítulos.





Ficha Técnica

Texto e fotos

Dalton Antônio de Avelar Andrade

Revisão

Sérgio Antônio Silva

Projeto Gráfico

Assessoria de Comunicação do UNIFEMM

Tiragem

5.000

Impressão

Gráfica do UNIFEMM

Para saber mais sobre o assunto:

LEITE, Rogerio Proença. Contra-usos da cidade.

Campinas, Unicamp, 2004

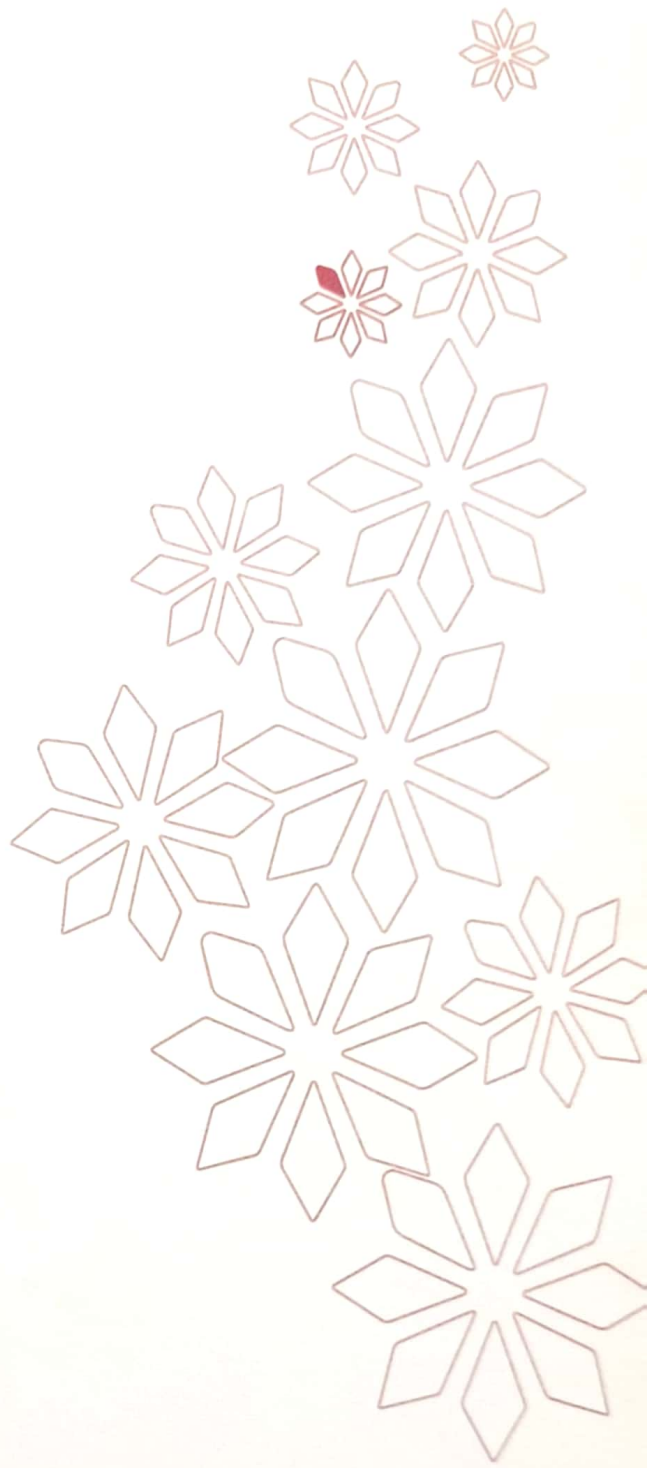
LEMOS, M.T.T.B. Memória, Identidade e Representações.

Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000.

PINTO, Júlio Pimentel. Uma memória do mundo.

São Paulo, Estação Liberdade, 1998.

Acompanhe as deliberações e textos do **IEPHA**, no site www.lepha.mg.gov.br









MEMÓRIA DE
SETE LAGOAS

